

# Blocco

AUTÁRQUICAS 2017 | [www.esquerda.net](http://www.esquerda.net)



**Combater a precariedade e garantir direitos a quem trabalha P2**

## QUANTO MAIS PÁGAMOS MENOS BANCA TEMOS

**NACIONALIZAR É A MELHOR OPÇÃO**



### Novo Banco deve estar ao serviço da economia e do emprego

O Bloco de Esquerda e vários economistas, da esquerda à direita, têm defendido que a venda do Novo Banco é um erro. Só a nacionalização defende o interesse público. P3

### Reformas: Justiça para quem tem uma vida inteira de trabalho P2



### Arrendamento Urbano: novas regras para proteger quem mais precisa P4

## REFORMAS: JUSTIÇA PARA QUEM TEM UMA VIDA INTEIRA DE TRABALHO



O Bloco defende o princípio de que quem tem 40 anos de descontos e 60 de idade deve ter acesso à reforma sem penalizações quer tenha descontado para a CGA ou para a Segurança Social.

Para responder à urgência de uma geração sacrificada, o Bloco propõe que no imediato se concretizem as seguintes medidas:

### 1. Fim do fator de sustentabilidade

(Atualmente um corte de 13,88%) no cálculo de todas as pensões, no Setor Público e no Privado, bem como no caso dos trabalhadores que passam do subsídio de desemprego para a reforma antecipada.

### 2. Direito à reforma sem qualquer penalização

para quem começou a descontar antes dos 16 anos e teve a sua infância sacrificada.

### 3. Redução da idade legal de reforma:

menos um ano por cada ano de descontos acima dos 40 de contribuições.

### 4. Mecanismos de compensação

para quem teve cortes nas pensões ao abrigo do regime anterior que colocaram as pessoas com pensões abaixo do limiar de pobreza.

### 5. Criação de uma prestação de transição

entre o desemprego de longa duração e a reforma antecipada.

# Combater a precariedade e garantir direitos a quem trabalha



Entre 2009 e 2014, o risco de pobreza dos trabalhadores precários em Portugal duplicou. E dos novos contratos de trabalho, a esmagadora maioria é com vínculo precário. Por isso, o Bloco de Esquerda definiu o combate à precariedade quer no Estado quer no privado como uma das questões centrais das negociações com o Governo, com alguns resultados que já estão à vista.

Graças à insistência do Bloco nas negociações, nos próximos meses vai arrancar o processo de vinculação dos milhares de trabalhadores

precários da administração pública, para o qual é indispensável a participação ativa dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

Na Assembleia da República, já foi possível encontrar uma maioria para responsabilizar os patrões pelo trabalho forçado que se pratica sobretudo no setor agrícola, onde os trabalhadores – na maioria migrantes – são subcontratados por empresas especializadas

em formas de exploração laboral e tráfico que atentam contra os direitos humanos. Para travar a impunidade, foi possível reforçar

a lei de combate à precariedade, alargando-a às falsas bolsas e estágios, e reforçar a fiscalização com a entrada de novos inspetores para a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Outra proposta do Bloco aprovada no parlamento veio dar um primeiro passo para combater a tortura psicológica no local de trabalho, protegendo a vítima e

as testemunhas de assédio moral e punindo as empresas que usam estes métodos para forçar

trabalhadores a sair. Há muito caminho a fazer no combate à precariedade e o Bloco está aqui para o fazer.

O país não tem futuro enquanto quem cá trabalha tiver como alternativas os falsos estágios, trabalho sem direitos e a emigração.

## TRABALHO



## DIGNIDADE PARA QUEM TRABALHA POR TURNOS

O trabalho por turnos está a aumentar e já abrange quase dois em cada dez trabalhadores em Portugal. Para além dos custos elevados para a vida social e familiar, são também conhecidas as dificuldades acrescidas para a saúde física e psicológica de quem trabalha em regime de turnos. Nos últimos anos, a precarização das relações de trabalho veio desproteger ainda mais o trabalhador face ao empregador. É por isso que o Bloco apresentou na Assembleia da República uma proposta para garantir que os direitos destes trabalhadores sejam respeitados:

- Período mínimo de 24h de descanso na mudança de horário de turno
- Dois fins de semana de descanso em cada 6 semanas de trabalho por turnos
- Máximo de 35 horas semanais para trabalho noturno ou por turnos
- Alargar acesso a exames médicos e cuidados de saúde
- Mais um dia de férias por cada dois anos de trabalho noturno ou por turnos
- Definição do valor acrescido de remuneração (25% a 30%)
- Antecipação da idade legal de reforma sem penalização em dois meses por cada ano de trabalho noturno ou por turnos.

## O BLOCO PROPÕE:



### 1. Trabalho temporário: combater o negócio de alugar pessoas

O Bloco propõe a vinculação dos trabalhadores temporários com 3 contratos seguidos ou interpolados à empresa onde realmente ocupa um posto de trabalho.

### 2. Limitar o abuso dos contratos a prazo

O Bloco acertou com o Governo o fim das exceções que permitem na lei a generalização dos contratos a prazo (para jovens, desempregados de longa duração e empresas em início de atividade). Propomos que ao fim de um ano o trabalhador seja vinculado.

### 3. Reforçar a lei de combate à precariedade

A lei de combate aos falsos recibos verdes já garantiu contratos de trabalho a mais de 1800 pessoas. É ainda pouco, mas é um passo na direção certa. Por proposta do Bloco, a lei passará a aplicar-se também aos falsos estágios e falsas bolsas; a inspeção do trabalho (ACT) e o Ministério Público passam a intervir nestes casos. Até à decisão do tribunal, o trabalhador passa a estar protegido contra o despedimento.

### 4. Acabar com a impunidade: mais fiscalização.

O Bloco incluiu no Orçamento do Estado 2017 o reforço da Autoridade para as Condições de Trabalho com mais 100 Inspetores, que estão agora a ser contratados. Queremos também dar maiores poderes à ACT no combate aos abusos e à precariedade.

### 5. Pôr fim à economia de estágios e garantir emprego para os jovens.

O Bloco propôs que pelo menos um em cada dois estágios financiados pelo IEFP deve dar origem a um contrato de trabalho. Falsos estágios devem ser convertidos em postos de trabalho.



## NOVO BANCO DEVE ESTAR AO SERVIÇO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

**O Governo do PS decidiu entregar o Novo Banco ao fundo especulativo Lone Star, em vez de o manter sob controlo público, como o Bloco de Esquerda e vários economistas, da esquerda à direita, têm defendido. Este é um mau negócio para os contribuintes e para a economia portuguesa.**

Ao vender o Novo Banco ao fundo especulativo Lone Star, o Estado, através do Fundo de Resolução da banca, mantém 25% do capi-

tal na sua posse e entrega os restantes 75%. Em troca, o Lone Star não paga um cêntimo e obriga-se apenas a injetar 1000 milhões de euros no banco que passa a controlar, para que este cumpra as exigências do BCE.

Para prevenir futuras perdas com o crédito malparado do Novo Banco, o Lone Star consegue ainda que o Fundo de Resolução financiado com dinheiros públicos venha a assumir essas perdas até um montante de quase 3900 milhões de euros. Se as necessidades de capital ficarem acima desse valor,

as injeções de capital cobertas por garantias públicas serão repartidas com o Lone Star.

Para além de financiar o Fundo de Resolução nas futuras injeções de capital para um banco que já não lhe pertence, aumentando assim o défice e a dívida pública, o Estado será também chamado a pagar eventuais custos de processos judiciais movidos contra o banco. Ou seja, para além dos 3900 milhões já perdidos com a resolução do BES, a conta final para o contribuinte pode ascender a mais de 8000 milhões de euros.



Entregar o Novo Banco ao Lone Star é um erro

## NACIONALIZAÇÃO DEFENDE INTERESSE PÚBLICO

**Nenhuma das escolhas em cima da mesa é isenta de custos, mas a da nacionalização é a que melhor defende os interesses das pessoas e da economia. Em vez desta privatização assente na estratégia do Lone Star focada no curto prazo, para recuperar créditos a qualquer preço**

**e imputar as perdas imediatas ao Estado, a nacionalização permite uma estratégia de gestão no médio prazo, que não desvalorize os créditos, minimize os custos futuros, mantenha o centro de decisão no país e permita reaver parte do dinheiro já aplicado pelo Estado ao longo do processo.**



O Bloco de Esquerda acolhe em Lisboa a 19, 20 e 21 de outubro a cimeira do coletivo europeu Plano B, que reúne partidos de esquerda, ativistas sindicais, feministas, dos direitos humanos e do ambiente, com o mote "Entre responder ao povo ou salvar o euro a escolha é clara: escolhemos o povo.

## Trump é uma ameaça aos direitos humanos



Quando um presidente dos EUA declara guerra à paz mundial, todos os cidadãos são convocados a enfrentar e vencer a sua política do ódio e da guerra.

Não é derramando mais sangue ou espalhando bombas pelos quatro cantos do globo que a população mundial verá os seus

problemas resolvidos. Enfrentar o projeto de Donald Trump, que é a resposta errada aos impasses da globalização financeira, exige o encontro sem fronteiras de quem nunca desiste dos objetivos da democracia contra a barbárie, dos direitos humanos e da viabilidade ecológica do planeta.



# Arrendamento Urbano: novas regras para proteger quem mais precisa

**O Parlamento aprovou, com os votos contra de PSD e CDS, alterações ao Arrendamento Urbano para proteger a habitação das famílias com menores rendimentos.**

Nestes casos, fica prorrogado por oito anos (mais três anos do

que os cinco previstos na lei anterior) o período para que as rendas antigas, anteriores a 1990, transitem para o Novo Regime de Arrendamento Urbano, limitando-se o aumento dessas rendas. Quando são arrendatários com idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência igual ou superior a 60% e em que o rendimen-

to do agregado familiar é inferior a cinco retribuições mínimas nacionais anuais, o período de transição é prorrogado por 10 anos. Foram colocados limites ao argumento de "obras profundas" que alguns senhorios têm utilizado para fazer despejos. Agora essas obras terão de corresponder no mínimo a 25% do valor patrimo-

nial do fogo e, no caso de denúncia do contrato, a indemnização ao inquilino não poderá ser inferior a 1/15 do valor da habitação.

**O Bloco não conseguiu todas as propostas de alteração que pretendia, mas foi dado um passo em frente no restabelecimento dos direitos dos inquilinos.**

## O BLOCO PROPÕE:

### Escalões do IRS revistos em 2018

**O Bloco de Esquerda pretende que os escalões de IRS comecem a ser revistos já no próximo Orçamento do Estado para 2018, cumprindo o que está estipulado na posição conjunta assinada pelo Bloco**

**e o PS em novembro de 2015. Mantemos como prioridade recuperar os rendimentos de quem trabalha e anular os efeitos do "enorme aumento de impostos" do governo PSD/CDS, que reduziu os escalões do IRS de 8 para 5.**



Catarina Martins garante que o Bloco de Esquerda "vai disputar estas eleições autárquicas com toda a determinação e chamando todos a juntarem-se a nós neste percurso". A coordenadora do Bloco recorda que é a "força do Bloco que faz a diferença

no país". "É importante dar força ao Bloco nas autárquicas", porque pretendemos "levar o mais longe possível toda a transformação que formos capazes de fazer em nome das pessoas" e para isso é "preciso ter mais força no poder autárquico".



## ADERE AO BLOCO Também podes fazê-lo em Bloco.org

O Bloco de Esquerda tem um percurso de causas e combates. Um percurso que faz toda a diferença contra os interesses mais fortes na sociedade portuguesa. Uma esquerda combativa precisa de mais força e mais vozes. No Bloco falta uma, a tua!

[quero saber mais]

[quero aderir]

Preenche, recorta e envia para: Bloco de Esquerda, R. da Palma 268, 1100-394 Lisboa

[nome]

[morada]

[cod. postal]  -

[email]

[telefone]  [telemóvel]  [idade]

Os dados enviados destinam-se apenas para utilização do Bloco de Esquerda. Tens o direito de aceder a essa informação para retificar ou cancelar os mesmos.